



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.160, DE 2025**

**(Do Sr. João Maia)**

Dispõe sobre a cessão do espaço em infraestrutura de distribuição de energia elétrica à cessionária, para exploração comercial e racionalização do uso deste espaço, para reduzir os riscos de acidentes, o impacto visual nas cidades, assim como atender as expansões das redes das prestadoras de serviços de telecomunicações, e acelerar o processo de universalização do acesso à internet de alta velocidade.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-1061/2024.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



VI – **cessionária**: pessoa jurídica, sem vínculo com concessionárias de distribuição de energia ou prestadoras de serviços de telecomunicações, detentora do direito de exploração comercial do espaço em infraestrutura de distribuição.

VII- **entidade privada de assessoramento**: pessoa física de direito privado, mantida pela cessionária, para apoiar a Aneel e a Anatel no desenvolvimento de estudos técnicos, econômicos e regulatórios e na elaboração de propostas e de sugestões de regulação, inclusive desenvolver atividades de autorregulação.

## CAPÍTULO II

### DA CESSÃO E EXPLORAÇÃO DO ESPAÇO EM INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO

**Art. 3º** As concessionárias e permissionárias do serviço de distribuição de energia elétrica deverão ceder às cessionárias o uso do espaço em infraestrutura de distribuição de forma onerosa, orientada a custos, observadas as seguintes condições:

I – atendimento à regulação conjunta da Aneel e da Anatel quanto ao preço do ponto de fixação, uso da faixa de ocupação, e os requisitos técnicos e operacionais; e

II – área de abrangência contendo localidades com diferentes perfis de atratividade econômica.

**Art. 4º** A cessão do espaço em infraestrutura de distribuição não poderá ser negada pelas concessionárias ou permissionárias do serviço de distribuição de energia elétrica, salvo nas hipóteses de:

I – limitações técnicas decorrentes do esgotamento do espaço na infraestrutura de distribuição;

II – comprovação de riscos à segurança, estabilidade ou confiabilidade das operações das concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica; ou

III – violação de requisitos de engenharia, ou de cláusulas e condições definidas na regulamentação.

Parágrafo único. A negativa deverá ser formal, devidamente fundamentada e deverá ser ratificada pela Aneel e Anatel.

**Art. 5º** É vedada a ocupação do espaço em infraestrutura de distribuição da concessionária ou permissionária sem aprovação prévia dos projetos técnicos, assinatura do contrato da prestadora do serviço de telecomunicações com o cessionário e a execução das obras em conformidade com a regulação.

**Art. 6º** Caberá à prestadora de serviços de telecomunicações arcar com os custos de adaptações necessárias, bem como respeitar o plano de ocupação da infraestrutura da concessionária ou permissionária distribuidora de energia elétrica e as normas técnicas aplicáveis.



### CAPÍTULO III

#### DO MODELO REGULATÓRIO E DA ESCOLHA DA CESSIONÁRIA

**Art. 7º** A Aneel e a Anatel, por meio de resolução conjunta, deverão:

I – definir o preço de referência por ponto de fixação dos postes das redes de distribuição de energia elétrica, assim como a forma de sua atualização;

II – assegurar justa remuneração ao detentor do espaço em infraestrutura de distribuição explorada comercialmente pela cessionária;

III – definir a parcela do espaço em infraestrutura de distribuição de energia elétrica a ser compartilhada;

IV – estabelecer as obrigações do detentor do espaço em infraestrutura de distribuição e da cessionária;

V- estabelecer as obrigações da cessionária detentora do direito de exploração comercial do espaço em infraestrutura de distribuição;

VI – criar mecanismos para fomentar a adequação, a regularização de ocupação irregular e a modernização do espaço em infraestrutura de distribuição compartilhável;

VII – garantir condições isonômicas e fomentar a concorrência entre os interessados na exploração comercial do espaço em infraestrutura de distribuição;

VIII - definir as infrações por descumprimento de obrigações e as sanções aplicáveis; e

IX- estabelecer como obrigação do cessionário a criação de Entidade Privada de Assessoramento e estabelecer as suas atribuições, assim como a sua forma de relacionamento com as agências.

Parágrafo Único. As duas agências mencionadas no caput podem delegar à Entidade Privada de Assessoramento a confecção de regulação de uma ou várias das atividades mencionadas acima.

**Art. 8º** A cessionária observará os seguintes critérios:

I – constituir empresa independente não controlada ou coligada com a concessionária ou permissionária do serviço de distribuição de energia elétrica ou com prestadoras de serviços de telecomunicações;

II – não poderá deter autorização, permissão ou concessão da Aneel e da Anatel;



III – deter histórico de experiência e capacidade técnica, no Brasil, em implantação, manutenção e modernização de fibras em postes, compatível com a complexidade e magnitude de suas obrigações;

IV – o processo de escolha deverá ser conduzido pela concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, mediante chamamento público, com submissão da escolha da cessionária à Aneel e a Anatel.

Parágrafo único. Nos casos em que uma das agências não homologar a escolha do cessionário, esta será realizada conjuntamente pelas duas agências.

## CAPÍTULO IV

### DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA E DA ENTIDADE PRIVADA DE ASSESSORAMENTO

**Art. 9º** A cessionária deverá assumir os seguintes compromissos:

I – criar uma Entidade Privada de Assessoramento para apoiar a Aneel e a Anatel na elaboração e na atualização da regulamentação, inclusive por meio de autorregulação;

II – aportar os recursos para a constituição e manutenção da Entidade Privada de Assessoramento, assim como o valor de remuneração;

III – organizar a ocupação do espaço na infraestrutura de distribuição conforme o disposto nesta Lei e na regulação conjunta estabelecida pela Aneel e Anatel;

IV – priorizar as ações regulatórias estabelecidas pela Aneel e Anatel para regularização dos casos de ocupação irregular do espaço em infraestrutura de distribuição;

V - identificar os postes com instalações em desconformidade com a regulação ou que põem em risco a segurança das atividades de operação e manutenção, assim como do público que circula nas suas proximidades e aplicar as ações corretivas em conformidade com a regulação conjunta da Aneel e Anatel; e

VI – submeter-se à fiscalização das agências reguladoras.

**Art. 10º** A entidade privada mencionada no inciso I do art. 9º tem por objetivo desenvolver estudos técnicos, econômicos, estratégicos e regulatórios para elaboração de propostas e de sugestões à Anatel e à Aneel, inclusive podendo atuar na modalidade de autorregulação:

I – diagnosticar a situação atual de ocupação do espaço em infraestrutura de distribuição, com a identificação de ocupações irregulares do espaço em infraestrutura de distribuição e de postes com instalações que apresentam alto risco, e propor soluções corretivas, de natureza operacional ou regulatória;



II – propor o planejamento de ações emergenciais para regularização de ocupações irregulares e para mitigação de riscos nos postes com instalações de alto risco, com base na regulação conjunta da Aneel e Anatel;

III – apresentar proposta de atualização da regulamentação vigente, caso esta não seja suficiente para assegurar a implementação das ações emergenciais necessárias;

IV – elaborar, com a participação das cessionárias, o planejamento da ocupação dos espaços em infraestrutura para 5 (cinco) anos, com revisões anuais, incluindo a previsão de receitas operacionais, despesas e previsões de repasses pela cessionária às concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica, detentoras do espaço na infraestrutura de distribuição;

V – propor, caso seja necessária, a elaboração de regulamentação, que assegure as condições para execução do planejamento referido no inciso IV;

VI – elaborar, anualmente, relatórios de acompanhamento das obrigações contratuais e do desempenho operacional das cessionárias, com a avaliação dos indicadores-chave de performance, estabelecidos pela regulação, acompanhado das ações gerenciais adotadas para assegurar o cumprimento das obrigações;

VII – propor atualização da regulamentação quando houver mudanças tecnológicas ou de mercado que impactem as atividades de exploração comercial das cessionárias;

VIII – priorizar a melhoria da segurança do trabalho humano, realizada na faixa de ocupação dos postes de energia elétrica, através de propostas para o aperfeiçoamento da regulação e do mapeamento dos desafios para o seu cumprimento;

IX – sugerir propostas de regulamentação para a padronização e certificação dos materiais a serem utilizados na faixa de ocupação dos postes para fixação de cabos, antenas, câmeras e outros equipamentos acessórios utilizados, assim como aqueles empregados para a conexão das instalações nos postes com as dependências dos usuários;

X - identificar as localidades com potencial para o enterramento de redes elétricas de distribuição e desenvolver especificações técnicas para garantir na implantação de redes subterrâneas a segurança no compartilhamento de dutos, entre concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica e as empresas cessionárias;

XI - apoiar ações junto às associações representativas de municípios e dos governos estaduais, para que novas obras urbanas contemplem a construção de dutos e/ou novas estruturas de postes, mais adequados às novas demandas da sociedade, para uso pelas redes de distribuição de energia elétrica e pelas cessionárias;

XII - desenvolver estudos para identificação das melhores práticas de autorregulação disponíveis em atividades semelhantes no Brasil e no exterior, e propor à Anatel e Aneel a adoção de modelo de autorregulação para as atividades das cessionárias;



XIII - manter em funcionamento uma câmara de negociações para resoluções de disputas e conflitos entre empresas cessionárias, empresas de telecomunicações e concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica;

XIV - firmar Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), para mapeamento das atividades da cadeia de valor que representam riscos de vazamentos de dados, e propor às cessionárias, prestadoras de serviços de telecomunicações e às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica ações de mitigação, e acompanhar as implementações das ações sugeridas.

Parágrafo Único. A Aneel e a Anatel podem determinar que a Entidade atue por via de autorregulação em um ou vários dos itens mencionados nos incisos deste artigo.

**Art. 11º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Emaranhados de fios fazem parte da paisagem urbana brasileira. Mas os problemas que se multiplicam, com o uso dos postes da rede elétrica de distribuição por cabos das prestadoras de serviços de telecomunicações, vão além da indesejável poluição visual e dos enormes transtornos causados as pessoas durante as tempestades, quando galhos ou árvores inteiras despenham sobre os cabos, provocando interrupção dos serviços. Fios soltos, resultantes de manutenção deficiente e falta de fiscalização, têm causado acidentes graves com frequência maior do que se imagina.

Levantamento do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) mostrou que, no período de 2009 a 2024, foram registradas cerca de 36 mil ocorrências, com 4 mil mortes, envolvendo fiações elétricas e de telecomunicações. Apenas de 2022 a 2024, 25.127 pessoas se acidentaram e 660 morreram em situações desse tipo. Os dados constam de informações enviadas pelas distribuidoras à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Estima-se que, dos mais de 50 milhões de postes existentes no país, mais de 10 milhões estejam com a sua faixa de ocupação saturada de cabos e fios de telecomunicações, poluindo a paisagem urbana e trazendo riscos de acidentes às pessoas e aos trabalhadores das concessionárias de distribuição de energia elétrica e das prestadoras de serviços de telecomunicações, que trabalham na manutenção dos equipamentos elétricos e dos cabos e equipamentos de telecomunicações instalados nos postes.

Em 2023, os ministérios das Comunicações e de Minas e Energia instituíram a Política Nacional de Compartilhamento de Postes, porém sem resultados práticos para mudar a situação atual, que além da poluição visual traz riscos latentes à população, e aos trabalhadores das empresas.

O Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, estabeleceu, como política pública, que as concessionárias de distribuição de energia elétrica deverão ceder à pessoa jurídica distinta o espaço em infraestrutura de distribuição, as faixas de ocupação e os pontos de fixação dos postes, das redes



aéreas de distribuição destinadas ao compartilhamento com o setor de telecomunicações, a título oneroso e orientado a custos.

O referido Decreto trouxe um avanço, através da formulação de um novo modelo operacional e de negócios, inovadores, que se propõe a endereçar uma solução para a situação atual, uma vez que o atual modelo de compartilhamento da faixa de ocupação de postes, não se mostrou capaz de prover uma solução satisfatória para os problemas de poluição visual e de riscos à população, causados pelos enormes emaranhados de fios em postes de energia elétrica, que se alastram pelas cidades brasileiras.

O modelo atual de compartilhamento da faixa de ocupação de postes, com prestadoras de serviços de telecomunicações, também tem possibilitado a ocorrência de indícios de infração à ordem econômica, com base em condutas discriminatórias nos preços cobrados para o compartilhamento dos postes. A Anatel ao denunciar ao CADE estas condutas argumenta que a persistência destas práticas pode afetar negativamente a livre concorrência ao dificultar a atuação de pequenos provedores de banda larga, responsáveis por levar a internet de alta velocidade às pequenas localidades<sup>1</sup>.

Este projeto aproveita os avanços do Decreto nº 12.068/2024 e propõe um novo marco legal, estabelecendo uma cadeia de valor para robustecer e conferir maior eficácia às políticas públicas que tratam do compartilhamento de infraestrutura entre os setores elétricos e de telecomunicações. No início foram definidos com precisão os segmentos da infraestrutura a ser compartilhada, e os principais agentes econômicos da nova cadeia de valor e os seus respectivos papéis.

No projeto foram definidas também as atividades da Cessionária, detentora do direito de exploração comercial do espaço em infraestrutura de distribuição e de forma pioneira a Entidade Privada de Assessoramento, para apoiar a Aneel e a Anatel no desenvolvimento de estudos técnicos, econômicos e regulatórios, com vistas ao estabelecimento de regulação conjunta da cadeia de valor. É muito importante que essa Entidade, para agilizar a solução do problema dos postes, aja também no aspecto de autorregulação.

Devido à gravidade do problema, e para abreviar os riscos à vida humana e interrupções ao fornecimento de energia elétrica e de telecomunicação, estamos propondo que as próprias Concessionárias de distribuição de energia escolham as empresas Cessionárias, que explorarão os espaços em infraestrutura de distribuição, nos postes, pois será um processo mais célere. A Cessionária deverá ser empresa brasileira com acervo no Brasil compatível com os desafios de instalar, manter, fiscalizar e modernizar as instalações de cabos de fibras ópticas nos postes.

A exploração de uma nova fronteira técnica e das novas atividades, surgidas da operação dos sistemas de distribuição de energia elétrica e de cabos de redes de transporte de telecomunicações, traz consigo a necessidade de novos processos e de novos conhecimentos para a preservação da segurança de uma operação que combina os ambientes de distribuição de energia elétrica, com o de telecomunicações, tornando-se importante a

<sup>1</sup> <https://telesintese.com.br/anatel-vai-denunciar-neoenergia-ao-cade-por-discriminacao-de-precos/>





existência da Entidade Privada de Assessoramento, que trará novos conhecimentos e processos, importantes para o trabalho de apoio à regulação das atividades, que será feito de forma conjunta pelas duas Agências, auxiliadas pela autorregulação da Entidade Privada de Assessoramento.

O uso de entidades privadas para dinamizar a realização de atividades, que se fossem realizadas por órgãos da Administração Pública Federal, seriam mais lentos e com maior dispêndio, em decorrência das disponibilidades orçamentárias e da rigidez dos ritos processuais estabelecidos por órgãos de controle, foi testado de forma inovadora e com sucesso, pela Anatel, através de obrigações constantes do edital da tecnologia 5 G.

O caso de Entidade Privada de maior sucesso é o da Entidade Administradora da Faixa (EAF), que instalou mais de 5 milhões de kits gratuitos de parabólica digital até o encerramento do programa em 30 de junho de 2025, atendendo beneficiários em 5.479 municípios, e concluiu a limpeza completa da faixa de 3,5 GHz em todas os municípios brasileiros (5.570) com 14 meses de antecedência, ao previsto no cronograma da Anatel.

No projeto são ainda estabelecidos: a) as condições para a cessão e para a exploração comercial do espaço em infraestrutura de distribuição; b) o modelo regulatório e os critérios para a escolha da Cessionária; e c) as obrigações da Cessionária e da Entidade Privada de Assessoramento;

Finalmente, devido a urgência do estabelecimento de uma política pública para solucionar os problemas, relacionados anteriormente, que trazem riscos para as pessoas, assim como insegurança jurídica, propomos que esta nova Lei passe a vigorar na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

**Deputado JOÃO MAIA**

**PP - RN**



**FIM DO DOCUMENTO**